

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 10\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	150\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos de verão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 40/75:

Cria, na Direcção Nacional dos Correios e Telecomunicações, diversos lugares para além dos já existentes.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Portaria n.º 18/75:

Aprova a deliberação tomada por unanimidade pela Comissão Administrativa do concelho da Ribeira Grande.

Despacho:

Nomeando vários indivíduos para o exercício das funções que indica.

Despacho:

Determinando medidas quanto aos bens do extinto Centro Informação e Turismo e seu pessoal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS:

Rectificação:

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 19/75:

Autoriza os Transportes Aéreos de Cabo Verde a instalar uma aparelhagem radioeléctrica de telecomunicações.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despacho:

Nomeando o 1.º substituto do Procurador da República do Tribunal Judicial da Região de Barlavento.

Despacho:

Dispensando do exercício das respectivas funções os substitutos do Juiz de Direito e do Procurador da República da Região de Barlavento.

Despacho:

Integrando vários funcionários nas secretarias dos Tribunais.

Gabinete do Primeiro-Ministro:

Direcção Nacional da Administração Interna.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública.

Ministério da Defesa, e Segurança Nacional:

Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública.

Ministério de Economia:

Direcção Nacional de Comércio.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

Direcção Nacional de Educação.

Ministério das Finanças:

Direcção Nacional de Finanças.

Direcção-Geral das Alfândegas.

Ministério das Obras Públicas:

Repartição de Gabinete.

Ministério da Justiça:

Repartição de Gabinete.

Conselho Nacional de Justiça.

Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento.

Avisos e anúncios oficiais.
Anúncios Judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 40/75

de 25 de Outubro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Integra a Direcção Nacional dos Correios e Telecomunicações, além dos departamentos já criados pelo artigo 2.º do Decreto n.º 5-E/75, de 23 de Julho, a Secretaria.

Art. 2.º São desde já, criados na Direcção Nacional dos Correios e Telecomunicações os seguintes lugares, para além dos já existentes:

1. Na Secretaria:
 - 1 Chefe de Secretaria;
 - 1 Aspirante;
 - 1 Dactilógrafo;
 - 1 Servente.
2. Na Direcção Técnica:
 - 3 Técnicos de Formação Universitária;
 - 1 Técnico de Formação Média.
3. Na Estação Costeira de Cabo Verde:
 - 1 Director da Estação;
 - 1 Técnico de Formação Média;
 - 4 Operadores de Radiocomunicação;
 - 2 Teletipistas;
 - 2 Técnicos de Manutenção de Antenas;
 - 1 Motorista;
 - 1 Servente.
4. Na Inspeção:
 - 1 Inspector-Geral dos Correios e Telecomunicações;
 - 1 Terceiro Oficial;
 - 1 Arquivista;
 - 1 Dactilógrafo.
5. No Serviço de Telecomunicações da Aeronáutica Civil:
 - 1 Técnico de Formação Universitária.

Art. 3.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Silvino da Luz — Herculano Vieira.

Promulgado em 22 de Outubro de 1975. 700

Publique-se.

Na ausência do Presidente da República, ABÍLIO DUARTE, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

—o—

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Portaria n.º 18/75

de 25 de Outubro

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Primeiro Ministro, que seja aprovada a deliberação tomada por unanimidade pela Comissão Administrativa do Concelho da Ribeira Grande,

na sua sessão ordinária de 18 de Setembro do corrente ano, que reforça a seguinte dotação da tabela de despesas do orçamento vigente:

Capítulo 1.º, divisão 1.ª, artigo 4.º, alínea b) — Despesas de administração geral, secretaria, tesouraria e representação — Outras despesas com o pessoal. Transporte... .. 12 000\$00

saindo a contrapartida das disponibilidades existentes na tabela de despesas, no:

Capítulo 1.º, divisão 1.ª, artigo 1.º, alínea b) — Despesas de administração geral, secretaria, tesouraria e representação — Despesas com o pessoal — Pessoal contratado — 1 zelador ... 12 000\$00

Gabinete do Primeiro Ministro, 25 de Outubro de 1975. — Na ausência do Primeiro Ministro, *Silvino da Luz.*

Despacho

Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 4/75, nomeio interinamente, os seguintes indivíduos para as funções abaixo indicadas, com efeito a partir do primeiro dia do corrente mês:

Secretaria:

Dactilógrafo — Abel Lopes Rodrigues;
Serventes — Maria Sousa Lima e Maria Antónia de Brito.

Jornal «Voz di Povo»:

Redacção:

Distribuidor de Jornal — José António Afonso Tavares;

Rádio «Voz di Povo»:

Programação:

Locutora — Maria de Fátima Azevedo.

Secção Técnica:

Operadores de estúdio — Simão Garcia da Costa Lopes e José Alberto Tavares da Costa.

Secção de Noticiários:

Noticiaristas — Natália Correia, Ana Maria Ramalho e Maria Salomé Monteiro Silva.

Gabinete do Primeiro Ministro, 23 de Outubro de 1975. — Na ausência do Primeiro Ministro, *Silvino da Luz.*

Despacho

O Decreto-Lei n.º 4/75, artigo 1.º, n.ºs 5 e 6, cria a Direcção Nacional de Informação e a Direcção Nacional do Turismo e Artesanato, ficando imediatamente extinto o Centro de Informação e Turismo criado pelo Diploma Legislativo n.º 1491, de 4 de Agosto de 1962.

Nestes termos, competirá a uma comissão liquidatória que será oportunamente nomeada, transferir para a Direcção Nacional de Informação e Direcção do Turismo e Artesanato o património do extinto Centro de Informação e Turismo.

O pessoal do extinto Centro de Informação e Turismo transita para a Direcção Nacional de Informação, sem quaisquer formalidades e mantém a situação anterior.

Gabinete do Primeiro Ministro, 23 de Outubro de 1975. — Na ausência do Primeiro Ministro, *Silvino da Luz.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Gabinete do Ministro

Por ter saído inexacto, no *Boletim Oficial* n.º 15 da presente série, novamente se publica o despacho do Camarada Ministro:

Despacho

Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 4/75, de 23 de Julho, e de conformidade com o mapa anexo ao Decreto n.º 7-I/75, de 10 de Setembro, nomeio os seguintes indivíduos para as funções abaixo indicadas:

* Maria de Lourdes Rodrigues de Jesus, para desempenhar, em comissão de serviço, as funções de Secretária do Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos;

Berta Benilde Fonseca Brazão de Almeida, para desempenhar as funções de aspirante da Repartição de Gabinete do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos;

Marcelino Lopes Afonso, para desempenhar as funções de dactilógrafo da Repartição de Gabinete do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos;

José Emanuel Mendes Tavares, para desempenhar as funções de condutor do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos;

Domingas Borges Pereira, para desempenhar as funções de servente na Repartição de Gabinete do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos.

Por conveniência de serviço iniciaram as funções a partir de 1 de Outubro de 1975.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, 8 de Outubro de 1975. — O Ministro, *Carlos Reis*.

—oSo—

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 19/75
de 25 de Outubro

Nos termos do artigo 5.º da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Ministro de Transportes e Comunicações:

Artigo 1.º Os Transportes Aéreos de Cabo Verde ficam autorizados a instalar e utilizar, nas mesmas condições gerais já estabelecidas para o sistema de comunicações autorizado pela Portaria n.º 78/72, de 3 de Julho, uma aparelhagem radioeléctrica de telecomunicações para uso na delegação dos mesmos Serviços e destinada exclusivamente ao estabelecimento das suas comunicações privadas com a Agência Air Senegal em Dakar, relacionadas com a exploração do tráfego aéreo.

Art 2.º Os Transportes Aéreos de Cabo Verde pagarão pela referida instalação a taxa anual em vigor.

Ministério de Transportes e Comunicações, 25 de Outubro de 1975. — O Ministro, *Herculano Vieira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho

Nomeio João Carlos Brito Lima, 1.º Substituto do Procurador da República do Tribunal Judicial da Região de Barlavento.

Ministério da Justiça, 20 de Outubro de 1975. — O Ministro da Justiça, *David Hopffer Almada*.

Despacho

Dispensio João Carlos Brito Lima e Rui Araújo, das funções de Substituto do Juiz de Direito e do Procurador da República da Região de Barlavento, respectivamente.

Ministério da Justiça, 20 de Outubro de 1975. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

Despacho

Havendo necessidade de se proceder à reestruturação dos quadros de Secretaria dos Tribunais, de acordo com o mapa anexo à Organização Judiciária do País, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33/75, de 1 de Outubro, publicado no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 14, de 6 do corrente,

Determino que as secretarias abaixo indicadas passem a ser integradas pelos funcionários a seguir designados, com efeitos retroactivos à data de 1 de Outubro corrente.

Conselho Nacional de Justiça:

Secretário — Hélio Alves Cordeiro Gomes
Ajudante — Danielson Carlos Nazoline de Macedo Amado a)
Ajudante — Ainda não dotado
Oficial — Marcelino Vaz b)
Aspirante — Amílcar Soares Ribeiro
Dactilógrafo — Camilo Cabral Carvalho
Servente — Maria de Jesus Soares de Carvalho Monteiro

Tribunal da Região de Sotavento

1.º Cartório:

Escrivão — Pedro da Luz Monteiro
Ajudante, interino — Adalberto Gonçalves da Silva Monteiro
Oficial, interino — Ildo Lopes Cabral
Aspirante — Alberto Martins c)
Dactilógrafo — Joaquim Rodrigues
Porteiro, interino — António Lopes Gonçalves Silva

2.º Cartório:

Escrivão, por substituição — Jorge Rodrigues Pires
Ajudante, interino — António Maria Gomes da Mota
Oficial — Augusto Sanches Tavares
Aspirante, interino — José Mário Cordeiro Mendonça d)
Dactilógrafo, interino — Gualdino Gomes Silva e Sousa e)

Procuradoria da República:

Ajudante, interino — Apolinário Sanches Tavares f)
Ajudante, interino — Euclides Mendes Araújo g)
Oficial, interino — Francisco Mendes
Oficial, interino — Bernardino Lopes da Graça h)
Dactilógrafa, interina — Aline D. Freire Soares de Carvalho i)
Servente — António de Jesus Rocha Semedo

Tribunal Regional de Barlavento:

Escrivão — Jerónimo Cardoso da Silva
 Ajudante — João Baptista Rodrigues
 Ajudante, interino — José Santos
 Oficial — António João Rodrigues
 Oficial — Gustavo Silva Albuquerque Fernandes
 Dactilógrafa — Joanita Silva Santos Gomes
 Servente — Ana Maria Brito

Procuradoria da República:

Ajudante, interino — Manuel Jesus Fortes j)
 Oficial — António Macário Neves Lekhrajmal
 Oficial, interino — Francisco Lopes
 Aspirante, interino — Carlos Leopoldino de Almeida
 Dactilógrafa — Vitorina Maria Neves Ramos
 Servente — Eduarda Santiago Gomes

- a) Transita nos termos do artigo 3.º do Decreto n.º 5-D/75, de 23 de Julho, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 3/75;
- b) Transita nos termos do artigo 3.º do Decreto n.º 5-D/75, de 23 de Julho, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 3/75;
- c) Lugar criado em substituição do de intérprete, mas equivalente;
- d) Este lugar substitui um de dactilógrafo do 2.º Cartório que se encontra orçamentado com vencimento equivalente ao de aspirante, nos termos do artigo 90.º do Decreto n.º 352/72, de 9 de Setembro;
- e) Ocupa, interinamente, o lugar de José Mário Cordeiro Mendonça;
- f) Ocupa, interinamente, o lugar de Jorge Rodrigues Pires que vem substituindo o escrivão de Direito do 2.º Cartório;
- g) Ocupa, interinamente, o lugar de Pedro da Luz Monteiro, promovido a escrivão de Direito;
- h) Ocupa, interinamente, o lugar de Domingos Lopes Pereira, actualmente a desempenhar as funções de escrivão-contador de Santa Catarina; este lugar vinha sendo ocupado, interinamente, por Alberto Martins, mandado reverter à sua categoria;
- i) Ocupa, interinamente, o lugar de Euclides Mendes Araújo, nomeado ajudante de escrivão, interino;
- j) Ocupa, interinamente, o lugar de Eduardo Manuel Rodrigues, exonerado a seu pedido.

Obs. — Os ajudantes de escrivão e oficiais de diligências integrados nas Secretarias das Procuradorias da República foram destacados dos cartórios dos Tribunais respectivos.

Ministério da Justiça, 21 de Outubro de 1975. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

RECTIFICAÇÃO

No despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 13, de 27 de Setembro de 1975, onde se lê:

Noticiarista — José Manuel Monteiro Aguiar e José Filomeno Dias Monteiro.

Deve ler-se:

Repórter — José Manuel Monteiro Aguiar e José Filomeno Dias Monteiro.

Gabinete do Primeiro Ministro, 23 de Outubro de 1975. — O chefe de Gabinete, *Manuel Pereira Silva*.

Direcção Nacional da Administração Interna

Despacho do Camarada Ministro das Finanças de 13 de Outubro de 1975, visado pelo Tribunal Administrativo em 23 do mesmo mês:

Paulo Moreno, arquivista de nomeação definitiva do quadro de secretaria dos ex-Serviços de Administração Civil — incluído na letra «N» a que se refere o § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 8 737, de 22 de Dezembro de 1969, com efeito a partir de 14 de Agosto do corrente ano.

O encargo resultante deste despacho tem cabimento na dotação do capítulo 4.º, artigo 48.º, n.º 1, alínea a) da tabela de despesa ordinária do orçamento para 1975.

(Os emolumentos devidos serão descontados no primeiro título de vencimentos a abonar-se-lhe).

Direcção Nacional de Administração Interna, na Praia, 23 de Outubro de 1975. — O Director, *Carlos Alberto W. Veiga*.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Despacho do Camarada Director, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 13 de Outubro de 1975:

Conta, como abaixo se indica, o tempo de serviço prestado à Administração Pública Colonial Portuguesa, em Cabo Verde, pelos seguintes funcionários:

Para efeitos de aposentação:

	A	M	D
Ramiro de Oliveira Baptista Barbosa Vicente, verificador do quadro técnico da Direcção-Geral das Alfândegas	17	7	9
António Almeida Brito, professor de Posso Escolar, contratado	38	—	5

De 16:

Conta, como abaixo se indica, o tempo de serviço prestado à Administração Pública Colonial Portuguesa, em S. Tomé, Moçambique e Cabo Verde, pelo seguinte funcionário:

Para efeitos de mudança de escalão:

	A	M	D
Viriato de Barros, professor do Ensino Liceal, contratado	10	8	4

Despacho do camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 16 de Outubro de 1975:

Maria do Rosário de Fátima Valadares Dupret, professora contratada do 9.º grupo do quadro privativo dos Liceus de Cabo Verde, colocada no Liceu «Domingos Ramos» nesta cidade — transferida, a seu pedido, para S. Vicente, com colocação no Liceu «Ludgero Lima».

Despacho do camarada Ministro de Economia:

De 17 de Outubro de 1975:

Marina Maria Pereira — exonerada, a seu pedido, das funções de catalogadora no Centro de Documentação e Informação, cargo de que não chegou a tomar posse.

Por diploma de provimento de 30 de Setembro de 1975, visado pelo Tribunal Administrativo em 16 do corrente mês:

Gregório de Andrade Alves — nomeado, nos termos do artigo 5.º do Decreto n.º 5-E/75, de 23 de Julho, 1.º oficial-interino, do Ministério de Transportes e Comunicações, lugar criado nos termos do referido Decreto.

O encargo correspondente tem cabimento na dotação do capítulo 2.º, artigo 7.º, n.º 1, alínea a) da tabela de despesas do orçamento vigente.

(Os emolumentos do «visto» e de secretaria serão descontados no primeiro título de vencimentos a abonar-se-lhe).

Por ter saído inexacto, novamente se publica o despacho do Camarada Director, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 3 de Outubro de 1975:

— Conta, como abaixo se indica, o tempo de serviço prestado à Administração Pública Colonial Portuguesa, em Cabo Verde, pelo seguinte funcionário:

Para efeito de aposentação:

— Caetano Sanches de Barros, professor de Posto Escolar, contratado ... 43 — 22

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 23 de Outubro de 1975. — O Director, *João de Deus Maximiano*.

—o—

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública

Departamento da Polícia Económica e Fiscal

Despachos do Camarada Ministro de Defesa e Segurança Nacional:

De 15 de Outubro de 1975:

É contado, para efeitos de aposentação, o tempo de serviço prestado em Cabo Verde pelo guarda de 1.ª classe n.º 151/461, Adolfo Tavares dos Santos, desligado de serviço para efeitos de aposentação, conforme discriminação que segue:

Designação	A	M	D
Como guarda:			
De 5 de Agosto de 1935 a 20 de Junho de 1975	39	10	15
Aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.	7	11	21
Soma	47	9	6

É contado, para efeitos de aposentação, em 39 anos, 7 meses e 12 dias o tempo de serviço prestado em Cabo Verde pelo 2.º subchefe do Departamento da Polícia Económica e Fiscal, Ludgero Correia, conforme a discriminação que segue:

Discriminação	A	M	D
Contagem feita no <i>Boletim Oficial</i> n.º 63/64	26	9	24
Em Cabo Verde:			
De 1 de Outubro de 1964 a 30 de Abril de 1967	2	6	29
De 10 de Setembro do mesmo ano a 3 de Junho de 1975	7	8	23

Em Portugal:

De 1 de Maio a 9 de Setembro de 1967	—	4	8
Soma	37	5	24
Aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do E. F. U.	2	1	18
Total	39	7	12

É contado, para efeitos de aposentação, o tempo de serviço prestado em Cabo Verde pelo guarda de 2.ª classe n.º 191/484, Tibúrcio Mendes, conforme liquidação que segue:

Designação	A	M	D
Como militar:			
De 9 de Fevereiro de 1949 a 27 de Agosto de 1950	1	6	18
Como guarda auxiliar de 2.ª classe (remador de escaler):			
De 23 de Maio de 1956 a 12 de Março de 1961	4	9	19
Como guarda de 2.ª classe:			
De 13 de Março de 1961 a 30 de Setembro de 1975	14	6	17
Soma	20	10	24
Aumento de 1/5 nos termos do Decreto-Lei n.º 7-C/75, Suplemento n.º 10/75	4	1	17
Total	25	—	11

(Nos originais foram coladas estampilhas fiscais no valor de 30\$00).

—o—

Despacho do Camarada Ministro da Justiça e dos Assuntos Sociais:

De 14 de Junho de 1975:

Daniel Levy Medina, guarda de 2.ª classe n.º 178/471, do Corpo da Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde em serviço na Secção da Polícia Fiscal do Mindelo — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento, emitido em sua sessão de 5 de Junho do corrente ano.

«Que o examinado não se encontra apto para exercer as funções que desempenha».

Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública (Departamento da Polícia Económica e Fiscal), na Praia, 20 de Outubro de 1975. — Pelo Director Nacional, *Eduardo Alinho*, 1.º oficial das FARP.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA

Direcção Nacional do Comércio

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 17 de Outubro de 1975:

Domingos Gomes da Costa, contínuo destes Serviços — homologado o seguinte parecer da Junta de Revisão emitido em sua sessão de 11 de Setembro de 1975.

«O inspeccionado encontra-se incapaz para todo o serviço por sofrer de doença grave e incurável».

Direcção Nacional do Comércio, na Praia, 22 de Outubro de 1975. — Pelo Director, *José Maria Soares de Brito*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Direcção Nacional de Educação

Despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 18 de Setembro de 1975:

João Vieira Fernandes, professor do quadro do ensino primário elementar — reconduzido por mais três anos no referido cargo para que havia sido nomeado provisoriamente, por despacho de 21 de Setembro de 1972, publicado no *Boletim Oficial* n.º 40, de 30 de Setembro do mesmo ano, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino.

O encargo resultante deste despacho tem cabimento na dotação do capítulo 4.º, artigo 74.º, n.º 1, alínea *a*) da tabela de despesa ordinária para o ano de 1975. (Visado pelo Tribunal Administrativo em 13 de Outubro de 1975).

(São devidos emolumentos).

Despachos do Camarada Ministro de Finanças:

De 21 de Agosto de 1975:

Maria Arlinda Nobre Teixeira de Moraes Semedo, professora de posto escolar, contratada — incluída na categoria correspondente à letra «U» do parágrafo 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, de acordo com o § único do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, com efeitos a partir de 14 de Janeiro de 1975.

De 4 de Setembro:

Ivete Eponina Neves dos Santos, professora de posto escolar, contratada — incluída na categoria correspondente à letra «U» do § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, de acordo com o § único do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1974.

Raúl Barbosa, professor de posto escolar, contratado — incluído na categoria correspondente à letra «U» do § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, de acordo com o § único do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, com efeitos a partir de 1 de Junho de 1974.

O encargo resultante destes despachos tem cabimento na dotação do capítulo 4.º, artigo 74.º, n.º 2 da tabela de despesa ordinária para o ano de 1975.

(Visados pelo Tribunal Administrativo em 28 de Setembro de 1975).

(São devidos emolumentos).

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 17 de Outubro de 1975:

Domingos Mendes, aspirante da Direcção Nacional de Educação — homologado a seguinte opinião da Junta de Saúde, emitida em sessão de 9 de Outubro de 1975:

«O examinado deve ficar em regime de assistido por mais noventa dias».

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos comunica-se que foram «visados» pelo Tribunal Administrativo em 30 de Setembro último os diplomas de provimento dos professores de posto escolar, de serviço eventual, que a seguir se indicam, relativamente ao ano lectivo de 1974/75:

Maria do Rosário Pires Ferreira
Adozinda Benedita dos Santos Araújo
Guilherme Rodrigues Gomes
José Luís Duarte
Isa Maria dos Reis Silva
Eduardo Gomes Varela
Maria Margarida Rodrigues
João da Luz Soares
Alfredo Cristo Soares
José Martins Andrade
Tereza Fernandes
Aquiles Faria Medina
Aristides da Silva Tavares
Venceslau Cardoso
Maria Madalena Fernandes da Veiga
Cipriano Semedo
Dulce Gomes Tavares

Direcção Nacional de Educação, na Praia, 23 de Outubro de 1975. — Pela Direcção Nacional de Educação, *Pedro Nascimento Gomes*.

—o—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Nacional de Finanças

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que foram «visados» pelo Conselho Nacional de Justiça, em 22 do corrente mês, os despachos de nomeação publicados nos *Boletins Oficiais* n.ºs 12/75 e 13/75, respeitantes aos funcionários abaixo indicados:

Celso Ramos Celestino
Luís Augusto Cabral Dias da Fonseca
Alexandre José António de Brito
Roberto Bonifácio de Oliveira Fonseca
Francisco Querido Varela
Pedro António Silva
António José Duarte Lopes
Joaquim Vieira Furtado e
Orlando Fernandes da Silva Semedo.

Direcção Nacional de Finanças, na Praia, 23 de Outubro de 1975. — O Director Nacional, *Eurico Pinto Monteiro*.

Direcção-Geral das Alfândegas

Despachos do camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 21 de Outubro de 1975:

António Ferreira Lima Benrós, reverificador do quadro técnico aduaneiro de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde da República de Cabo Verde, emitido em sua sessão de 9 de Outubro de 1975:

«O examinado encontra-se apto a retomar o serviço».

António Sérgio de Sousa Linhares de Carvalho, oficial estagiário do quadro técnico aduaneiro de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde de Cabo Verde, emitido em sua sessão de 16 de Outubro de 1975:

«O examinado deve seguir para Portugal a fim de ser presente à clínica especializada em Ortopedia do Hospital Egas Moniz a fim de completar o tratamento de especialidade».

Direcção-Geral das Alfândegas, na Praia, 24 de Outubro de 1975. — O Director-Geral *Arnaldo Carlos de Vasconcelos França*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Rectificação

O despacho de 9 do corrente publicado no *Boletim Oficial* n.º 16, de 18 seguinte, a pág. 125, onde se lê «Adelino Cesariano da Cruz — Técnico auxiliar» deve-se ler «Adelino Cesariano da Luz — Técnico auxiliar».

Reparição de Gabinete do Ministério das Obras Públicas, na Praia, 21 de Outubro de 1975. — O chefe de Gabinete, *Tomás Cecília Marçal*.

—oSo—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Extracto do despacho:

De 4 de Agosto de 1975:

Maria de Fátima Almeida Duarte, assalariada da Câmara Municipal do Paúl — nomeada para, interinamente, desempenhar o cargo de dactilógrafa do Registo Civil do Concelho do Paúl, na vaga resultante da transferência de Ana Maria do Rosário Filipe de Sousa Lopes para o Concelho da Ribeira Grande, devendo a ora nomeada entrar imediatamente no exercício do cargo independentemente das formalidades do visto ou publicação.

O encargo resultante tem cabimento na dotação do capítulo 6.º, artigo 217.º, n.º 2 da tabela de despesa ordinária do orçamento para 1975. — (Visado pelo Tribunal Administrativo em 23 de Outubro de 1975).

(Os emolumentos devidos serão descontados no primeiro título de vencimentos a abonar-se-lhe.)

Ministério da Justiça, na Praia, 23 de Outubro de 1975. — O chefe do Gabinete, *Arlindo Horácio Gomes*.

Conselho Nacional de Justiça

2.ª Secção

Extractos de acórdãos:

Relator: Dr. Raúl Querido Varela, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 12 758:

Clarice Lopes Barbosa Amado, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal da Vila de Ribeira Brava, de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 1973, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 107 298\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 759:

Clarice Lopes Barbosa Amado, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal da Vila de Ribeira Brava, de 1 de Janeiro a 10 de Junho de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 94 421\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 760:

Josefina Maria Alves, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal da Vila de Ribeira Brava, de 11 de Junho a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 8 414 366\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 761:

Provedoria-Geral de Assistência Pública, pela sua gerência, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 2 752 008\$41, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 762:

Comissão Administrativa da B.T.F.A., pela gerência de Parque e Maquinaria Agrícola, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 79 101\$85, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 763:

Caetano Ressurreição Lobo, como tesoureiro da Delegação Aduaneira de S. Filipe, de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 220\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 764:

Luís Manuel da Costa Marques Trindade, como engenheiro chefe dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Cabo Verde, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 5 794 212\$28, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 765:

Quintino Monteiro Andrade, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do concelho do Maio, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 31 280\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 766:

James Luceth Baptista Francisco, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Postal de Nova-Sintra—Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 287 705\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 767:

Leocádia de Oliveira Soares, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do concelho de S. Nicolau, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 41 437\$50, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 768:

Catolino Dias Pinto, major de infantaria, como responsável pelos móveis e utensílios do Comando da Polícia de Segurança Pública, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 838 599\$85, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 769:

Josefina Maria Alves, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal da Ribeira Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 135 612\$07, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 770:

Eng.º José de Barros e Sá Gomes, como responsável pelos móveis e utensílios da Caixa de Crédito do Estado de Cabo Verde, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 211 472\$90, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 771:

Manuel Pereira de Carvalho, como responsável pelos móveis e utensílios do Comando Divisionário da Polícia de Segurança Pública de Barlavento, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 193 671\$40, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 772:

José Coelho de Carvalho como responsável pe'os móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal de S. Filipe, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 309 989\$13, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 773:

António Barbosa Vicente, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal de S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 366 900\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 774:

Eduino Pereira Rodrigues, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Postal do Tarrafal de Santiago, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 77 510\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 775:

Alberto Nascimento Soares, como responsável pelos móveis e utensílios do Hospital de S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 3 470 369\$42, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 776:

Dr. Luís Casal Ribeiro Cabral, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegacia de Saúde da Brava, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 124 623\$72, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 777:

Felismino Spencer Lopes, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Urbana da Fazenda, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 40 555\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 778:

Aniceto da Silva Oliveira, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário de S. Domingos, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 21 040\$37, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 779:

Jacinto Diniz Silva, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário de Santa Maria da Ilha do Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 13 868\$93, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 780:

António Ferreira Querido dos Reis Borges, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário do Maio, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 18 346\$43, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 781:

Dr.ª Armanda Lopes Fonseca, como responsável pelos móveis e utensílios da Farmácia do Estado em S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 76 798\$22, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 782:

Severo de Pina Gomes Alfama, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição de Finanças do Concelho do Tarrafal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 28 593\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 783:

Daniel Levy Medina, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Pedra de Lume, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1969, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 5 969\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 784:

Daniel Levy Medina, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Pedra de Lume, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1970, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 5 969\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 785:

Daniel Levy Medina, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Pedra de Lume, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1971, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 5 969\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 786:

Daniel Levy Medina, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Pedra de Lume, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1972, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 11 799\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 787:

Daniel Levy Medina, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Pedra de Lume, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 11 799\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 788:

Alirio Alberto Alves, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal da Pedra de Lume, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 11 799\$, a transitar para a gerência seguinte.

Relator: Dr. Baltazar Lopes da Silva, Juiz do Conselho Nacional de Justiça:

Processo n.º 12 789:

Armindo da Luz Monteiro, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica Postal do Aeroporto do Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 215 440\$08, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 790:

Maria Tereza Barros de Afonseca, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Radiotelegráfica da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 2 229 831\$52, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 791:

Cipriano Nunes Leão, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegacia de Saúde de S. Nicolau, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 88 493\$96, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 792:

Mery Onélia Silva, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Rádio-Postal de Santa Maria, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 46 784\$75, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 793:

Dr. Ramiro Alves Figueira, como responsável pelos móveis e utensílios da Delegacia de Saúde do Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 29 485\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 794:

Mário de Carvalho, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário de Pedra Badejo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 20 587\$52, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 795:

António de Ascensão Ramos Vicente, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário de Chã de Igreja, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 5 212\$94, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 796:

Rufino Calazans Maurício, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário da Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 27 802\$68, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 797:

Ilídio do Livramento Pires Ferreira Leite, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Sanitário do Tarrafal de S. Nicolau, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 16 034\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 798:

Ruth Helder Ferreira Pires Leston, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Rádio-Postal da vila de Maria Pia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 31 469\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 799:

Maria Tereza Rodrigues Baptista Duarte, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Rádio-Postal do Maio, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 48 887\$35, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 800:

José Gomes Soares, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal do Barril, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1967, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 3 275\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 801:

José Gomes Soares, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Barril, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1968, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 3 275\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 802:

Inácio Vicente Lima, como responsável pelos móveis e utensílios da Repartição dos Serviços de Saúde e Assistência da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 215 107\$90, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 803:

Humberto José Duarte, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1969, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 9 987\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 804:

Humberto José Duarte, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1970, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 9 987\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 805:

Humberto José Duarte, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1971, julgado quite por acórdão de 5 de Outubro de 1975, com o saldo de 9 987\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 806:

Afonso Carlota Pires, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1972, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 9 987\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 807:

Afonso Carlota Pires, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 9 987\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 808:

Afonso Carlota Pires, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 9 987\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 809:

Roque Rosa Ramos, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Pedra Badejo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1970, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 1 962\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 810:

Roque Rosa Ramos, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Pedra Badejo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1971, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 1 962\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 811:

Oswaldo Vieira de Andrade, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Pedra Badejo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1972, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 2 162\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 812:

Horácio Mendes de Carvalho, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Pedra Badejo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 2 162\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 813:

Horácio Mendes de Carvalho, como responsável pelos móveis e utensílios do Posto Fiscal de Pedra Badejo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 2 162\$, a transitar para a gerência seguinte.
Está conforme.

Secretaria do Conselho Nacional de Justiça, na Praia, 20 de Outubro de 1975. — O secretário, *Hélio Alves Cordeiro Gomes*.

Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que Maria Raquel Lima, aspirante, provisória, da Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento foi designada, por despacho do camarada Secretário Adjunto do Ministério da Justiça, de 15

de Março do corrente ano, para exercer as funções de substituto do Conservador do Registo Civil nas faltas e impedimentos do substituto legal.

Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento, na Praia, 23 de Outubro de 1975. — O substituto legal do Conservador, *Octávio Gomes Lúcio*, ajudante.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional da Administração Interna

Câmara Municipal da Praia

EDITAL N.º 11/75

Arcádio Monteiro, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho da Praia.

Tendo Senhorinha Tavares, requerido a esta Câmara para construção, um tracto de terreno situado na Achadinha Acima, medindo 136 metros quadrados, são por este meio convocados os indivíduos que tiverem qualquer reclamação a opôr na concessão referida, a fazê-la perante esta Câmara, no prazo de sete dias a contar da data da publicação deste Edital no *Boletim Oficial*.

A venda do terreno em causa será feita em hasta pública à porta do Edifício dos Paços do Concelho no dia 12 de Novembro, pelas 15,30 horas.

E para constar se fez este e outros de igual teor, que serão afixados nos lugares públicos de costume e publicados no *Boletim Oficial* desta República.

Paços do Concelho da Praia, 20 de Outubro de 1975. — O Presidente da Comissão Administrativa, *Arcádio Monteiro*.

(28)

EDITAL N.º 12/76

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho da Praia.

Faz público, nos termos do artigo 605.º da R. A. U., que no dia 26 de Novembro próximo, pelas quinze horas e não antes nem depois, serão postas em pública licitação nos Paços da Câmara, os rendimentos dos seguintes bens deste Município, relativos ao ano de 1976.

Mercados: da Praia, do Milho Branco e de S. Domingos.
Carnes verdes: de todas as freguesias do concelho;
Coimas: de todas as freguesias do concelho;
Matadouro da Praia;
Talho da Praia;
Espalçada da Praça 12 de Setembro;
Espalçada de S. Domingos;
Tabacaria-Livraria da Praça 12 de Setembro;
Pocilgas situadas em Lém Cachorro.

As condições para as arrematações acham-se patentes na Secretaria desta Câmara, onde poderão ser examinadas pelos interessados nos dias úteis e nas horas regulamentares de serviço.

A Câmara reserva-se o direito de não fazer a adjudicação qualquer que seja o preço oferecido.

A segunda praça dos rendimentos não adjudicados na primeira praça realizar-se-á no dia 10 de Dezembro próximo a hora indicada.

Paços do Concelho da Praia, 22 de Outubro de 1975. — Pela Comissão Administrativa, *Arcádio Monteiro*.

(29)

Montepio dos Servidores do Estado de Cabo Verde

ÉDITOS DE 30 DIAS

(2.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz público que foi requerido o subsídio por morte e funeral de Boaventura Ramos Celestino, que foi 3.º oficial dos CTT, aposentado, por sua viúva Maria Auxiliadora Rendall Celestino.

Ficam por estes éditos avisados quaisquer interessados para no prazo de trinta dias, a contar da segunda e última publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, duzirem os seus direitos ao subsídio em causa ou impugnar os da requerente.

Fim do prazo dos éditos, a Direcção julgará as reclamações, se as houver, e autorizará ou não o pagamento dos subsídios, conforme de direito.

Montepio dos Servidores do Estado, na Praia, 10 de Outubro de 1975. — O Secretário da Direcção, *Luís Augusto Cabral Dias da Fonseca*.

(30)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento

Extracto de portaria:

De 21 de Outubro de 1975:

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Ministro da Justiça:

Maria Baptista Teixeira, casada, natural da freguesia de São Lourenço da ilha do Fogo, residente nesta cidade da Praia, filha de Januário Baptista e de Maria do Livramento Teixeira, autorizada a usar e manter o nome de Odete Baptista Teixeira, devendo requerer o competente averbamento na Delegação do Registo Civil do concelho do Fogo, onde se encontra inscrito o seu assento de nascimento, nos termos do n.º 3.º do artigo 173.º do Regulamento do Registo Civil, vigente.

Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento, na Praia, 22 de Outubro de 1975. — O substituto legal do Conservador, *Octávio Gomes Lúcio*, ajudante.

(31)

MOAVE, Moagem de Cabo Verde, S.A.R.L.

ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos e, a pedido do Conselho de Administração, convoco os senhores accionistas para se reunirem em Assembleia-Geral Extraordinária, no dia 10 de Novembro de 1975, pelas dez e oito horas, na sede da sociedade, na cidade do Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição dos corpos sociais, da sociedade, para o triénio com início em 11 de Novembro de 1975.

Mindelo, 14 de Outubro de 1975. — *José Duarte Fonseca*.
(Segue-se o reconhecimento.)

(32)